

## RELATÓRIO ATOS PRESIDENCIAIS

*PUBLICADOS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU) EM 1 E 2 DE JANEIRO DE 2023*

### MEDIDAS PROVISÓRIAS

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.154, DE 1º DE JANEIRO DE 2023**

Ementa: Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Resumo: Estabelece a organização da administração direta do Poder Executivo da República em 37 ministérios e descreve suas funções.

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.155, DE 1º DE JANEIRO DE 2023**

Ementa: Institui o Adicional Complementar do Programa Auxílio Brasil e do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros.

Resumo: Adiciona o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil e um adicional de cinquenta por cento da média do preço nacional de referência do botijão de treze quilogramas de gás liquefeito de petróleo, estabelecido pelo Sistema de Levantamento de Preços - SLP da Agência Nacional do Petróleo.

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.156, DE 1º DE JANEIRO DE 2023**

Ementa: Dispõe sobre a extinção da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, instituída por autorização da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e a absorção de suas competências, patrimônio e pessoal pela administração pública federal direta.

Resumo: Essa Medida Provisória extingue a FUNASA e transfere suas competências para o Ministério da Saúde (atividades de vigilância de saúde e ambiental), e para o Ministério das Cidades (demais funções).

#### **MEDIDA PROVISÓRIA nº 1.157, de 1º de janeiro de 2023**

Ementa: Reduz as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre operações realizadas com óleo diesel, biodiesel, gás liquefeito de petróleo, álcool, querosene de aviação, gás natural veicular e gasolina.

Resumo: Reduz a zero, até 31 de dezembro de 2023, as alíquotas para a contribuição de PIS/Pasep e da contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, para combustíveis.

\*As Medidas Provisórias são atos com força de Lei submetidos pelo Presidente da República ao Congresso Nacional. Em que pese tenham vigência imediata, podem perder a eficácia se não forem analisadas pelo Poder Legislativo no prazo de 60 dias, prorrogável uma vez por igual período.

## DECRETOS PRESIDENCIAIS

No dia 1 de janeiro o Presidente empossado assinou 52 decretos que presidenciais que estabelecem funções da nova estrutura do Poder Executivo e nomeiam os respectivos ministros. Também assinou decretos temáticos revogando atos do governo anterior e estabelecendo ou reestabelecendo políticas públicas em diferentes áreas. Abaixo apresenta-se breve resumo sobre alguns dos principais decretos:

### DECRETO Nº 11.332, DE 1º DE JANEIRO DE 2023

Ementa: Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura e Pecuária e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.

Resumo: Estrutura a organização e atribuições do Ministério da Agricultura e Pecuária, estabelecendo o Ministério como responsável pela política agrícola, abrangidos a produção, a comercialização e o seguro rural e demais funções. Sobre a estrutura estabeleceu também os órgãos de assessoria direta do Ministro (Gabinete) e as principais secretarias: (I) Secretaria de Política Agrícola; (II) Secretaria de Defesa Agropecuária; (III) Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo;

### DECRETO Nº 11.372, DE 1º DE JANEIRO DE 2023

Ementa: Altera o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

### DECRETO Nº 11.373, DE 1º DE JANEIRO DE 2023

Ementa: Altera o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

### DECRETO Nº 11.375, DE 1º DE JANEIRO DE 2023

Ementa: Dispõe sobre a extinção de adidâncias tributárias e aduaneiras junto a representações diplomáticas brasileiras no exterior e regras transitórias.

### DECRETO Nº 11.367, DE 1º DE JANEIRO DE 2023

Ementa: Institui a Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento, restabelece o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal - PPCDA e dispõe sobre os Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado, na Mata Atlântica, na Caatinga, no Pampa e no Pantanal.

**DECRETO Nº 11.368, DE 1º DE JANEIRO DE 2023**

Ementa: Altera o Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008, para dispor sobre a governança do Fundo Amazônia.

Resumo: Institui regras para gestão e certificação de doações para o Fundo Amazônico pelo BNDES, e a formação do Comitê Técnico e do Comitê Orientador do fundo.

**DECRETO Nº 11.369, DE 1º DE JANEIRO DE 2023**

Ementa: Revoga o Decreto nº 10.966, de 11 de fevereiro de 2022, que institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala e a Comissão Interministerial para o Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala.

Resumo: Revoga o PRÓ-MAPE, Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala, que incentiva políticas públicas do desenvolvimento da mineração em pequena escala e possibilitava o garimpo em área indígenas e de proteção ambiental.

**DECRETO Nº 11.370, DE 1º DE JANEIRO DE 2023**

Ementa: Revoga o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.

Resumo: Revoga decreto já suspenso pelo STF que criava espaços para “educação especial” para alunos com deficiência com espaço separado de convivência com outras crianças.

**DECRETO Nº 11.366, DE 1º DE JANEIRO DE 2023**

Ementa: Suspende os registros para a aquisição e transferência de armas e de munições de uso restrito por caçadores, colecionadores, atiradores e particulares, restringe os quantitativos de aquisição de armas e de munições de uso permitido, suspende a concessão de novos registros de clubes e de escolas de tiro, suspende a concessão de novos registros de colecionadores, de atiradores e de caçadores, e institui grupo de trabalho para apresentar nova regulamentação à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

**DECRETO Nº 11.371, DE 1º DE JANEIRO DE 2023**

Ementa: Revoga o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal.

**DECRETO Nº 11.374, DE 1º DE JANEIRO DE 2023**

Ementa: Revoga decretos, revigora dispositivos e reconstitui redações.

Resumo: Revoga decreto que estabelecia desconto para as alíquotas do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante.

**DECRETO Nº 11.376, DE 1º DE JANEIRO DE 2023**

Ementa: Altera o Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, que dispõe sobre os atos de nomeação e de designação para cargos em comissão e funções de confiança de competência originária do Presidente da República e institui o Sistema Integrado de Nomeações e Consultas - Sinc no âmbito da administração pública federal.

**DESPACHOS****Principais despachos:**

Ementa: Tendo em vista a necessidade de assegurar uma análise rigorosa dos impactos da privatização sobre o serviço público ou sobre o mercado no qual está inserida a referida atividade econômica, determino a adoção de providências pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República e Presidente do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, pelo Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária, pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, pelo Ministro de Estado das Comunicações, pelo Ministro de Estado da Fazenda, pelo Ministro de Estado da Previdência Social e pelo Secretário de Comunicação Social da Presidência da República para revogar os atos que dão andamento à privatização das seguintes empresas, por qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI ou por inclusão da entidade no Programa Nacional de Desestatização - PND:

Resumo: O despacho determina estudo para retirada dos planos de privatizações as seguintes estatais: Petrobras; Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A (PPSA); Correios; Empresa Brasil de Comunicação (EBC); Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev); Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep); Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro); Armazéns e os imóveis de domínio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Ementa: Tendo em vista a identificação, pela equipe de transição, de diversas decisões baseadas em fundamentos equivocados acerca de proteção de dados pessoais, de segurança nacional e do Presidente da República e de seus familiares e de proteção das atividades de inteligência, que desrespeitaram o direito de acesso à informação, banalizaram o sigilo no Brasil e caracterizam claro retrocesso à política de transparência pública até então implementada, determino a adoção de providências pelo Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, no prazo de trinta dias, para revisão de atos que impuseram sigilo indevido a documentos de acesso público, com exame dos casos apontados e com a continuidade do levantamento realizado pela equipe de transição com vistas a verificar a necessidade de a administração pública revisar decisões que indevidamente negaram pedidos de acesso à informação ou impuseram sigilos com fundamentos não ancorados em lei. Em 1º de janeiro de 2023.

Resumo: Revoga sigilos, e dá à CGU 30 dias para reestabelecimento de regras da Lei de acesso à informação.